

SEGURANÇA INTERNACIONAL: MAPEAMENTO DOS ARRANJOS DE COOPERAÇÃO NA ÁREA DE DEFESA

INTERNATIONAL SECURITY: MAPPING DEFENSE COOPERATION ARRANGEMENTS

Ana Clara Silva¹

Luciene Patricia Canoa de Godoy²

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo mapear as iniciativas de cooperação no campo da Segurança Internacional a fim de promover novos debates acerca dos impactos destes arranjos no sistema internacional. Para tanto, serão analisados alguns Acordos de Cooperação em Defesa (ACD) nos Estados Unidos, América Latina e Caribe, Europa e Mediterrâneo, Ásia e Rússia, de modo a identificar algumas das principais características destas iniciativas. A pergunta norteadora deste artigo é: dada a especificidade dos assuntos relativos à defesa, tais como, sigilo, estratégia, dissuasão, dentre outras, é possível a existência de cooperação em defesa entre países? Se sim, quais são as características desta cooperação? A metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica.

PALAVRAS-CHAVE: Defesa. Cooperação. Acordos de Cooperação em Defesa. Conflitos.

ABSTRACT

This article aims to map cooperation initiatives in the field of International Security in order to foster new debates on the impacts of these arrangements within the international system. To this end, several Defense Cooperation Agreements (DCAs) will be analyzed across the United States, Latin America and the Caribbean, Europe and the Mediterranean, Asia, and Russia, with the goal of identifying some of the main characteristics of these initiatives. The guiding question of this article is: given the specific nature of defense-related matters—such as secrecy, strategy, deterrence, among others—is it possible for defense cooperation to exist between countries? If so, what are the characteristics of such cooperation? The methodology employed consists of a literature review.

¹ Aluna do curso de Relações Internacionais do Centro Universitário Belas Artes de São Paulo. Participou do programa de Iniciação Científica da instituição com a temática de defesa. O presente artigo é fruto desta pesquisa.

² Profa. Dra. do Centro Universitário Belas Artes de São Paulo. O artigo em questão é resultado de pesquisa de Iniciação Científica realizada no período de setembro de 2023 a agosto de 2024.

KEYWORDS: Defense. Cooperation. Defense Cooperation Agreements. Conflicts.

INTRODUÇÃO

As transformações e a evolução dos paradigmas têm revelado uma tendência de os conflitos entre Estados escalarem para crises internacionais. Ainda que possam surgir de maneira inesperadas, algumas crises podem demorar para se transformarem em confrontos bélicos, mas não o tempo necessário para que os países concertem uma ação conjunta sem iniciativas prévias de debates ou reuniões formais. Isso indica que, quando o assunto é defesa, as estratégias são definidas quando não há possibilidades de conflitos escalarem para a ação militar no médio e longo prazo, fato que retira o senso de urgência e, portanto, diminui orçamentos e esforços políticos para que as ações propostas se materializem.

Países sem histórico de conflitos bélicos recentes e sem tensões fronteiriças apresentam maiores desafios para implementar uma política efetiva na área de defesa e, conseqüentemente, se envolverem em acordos de cooperação nesta área. Por defesa entende-se um conjunto de políticas públicas que oferecem importantes contribuições ao desenvolvimento do Estado, à sua inserção internacional, e à garantia de sua soberania. A natureza política internacional é multidimensional e complexa, refletindo as constantes mudanças no sistema global ocasionadas pela emergência ou declínio de potências ou atores. Essa movimentação dos principais *players* pode ser motivada pela busca de cooperação, choques de interesses ou disputa por poder, gerando instabilidade nos relacionamentos.

Anteriormente, os debates sobre defesa nacional só se preocupavam com guerras e conflitos, atualmente são mais flexíveis, mostrando que a dinâmica internacional contemporânea, relacionada à defesa, apresenta um cenário complexo de segurança, caracterizado por uma multiplicidade de ameaças desde conflitos militares até questões ambientais, sociais e de saúde coletiva que transcendem as fronteiras tradicionais e exigem respostas que ultrapassam as ações individuais dos Estados, indicando a necessidade de ações cooperativas e inovadoras.

Este artigo procura investigar e analisar os instrumentos cooperativos utilizados para defesa e promoção dos interesses dos Estados, tais como Organizações de Cooperação em Defesa (OCD), e Acordos em Cooperação em Defesa (ACD). Para tanto, serão estudados os mecanismos de cooperação criados nas seguintes regiões:

os Estados Unidos da América (EUA); a América Latina e Caribe; Europa e Mediterrâneo; Ásia e Rússia.

SISTEMA INTERNACIONAL E DEFESA

O sistema internacional é constituído por atores estatais e não-estatais que interagem entre si dentro de um ambiente anárquico, com o intuito de alcançar a maximização de seus respectivos interesses. O Estado, por sua natureza, é a instituição que possui o monopólio legítimo do uso da violência e da força dentro de seu próprio território (Weber, 1982 p. 98). No âmbito deste sistema internacional, caracterizado pela ausência de uma autoridade suprema, a soberania emerge como a prerrogativa inerente que define a autoridade política máxima de um Estado. Apesar da natureza anárquica predominante, o sistema internacional é regido por um conjunto de normas, instituições e padrões comportamentais que são adotados pelos Estados.

Dentro da sociedade internacional, os Estados e seus dirigentes buscam interesses compartilhados através de tratados, conferências, instituições e valores comuns, tais como a participação dos acordos internacionais, o respeito à soberania e a definição de princípios fundamentais de coexistência, os quais orientam suas decisões de cooperação ou não-cooperação. Entretanto, a ordem internacional, que serve para sustentar esses objetivos elementares, está sujeita a transformações contínuas em resposta às flutuações na distribuição de poder e mudança na correlação de forças entre as nações.

Mesmo com a anarquia do sistema, a cooperação internacional na área de defesa é importante para a segurança e estabilidade global. Há um esforço na promoção de uma “multipolaridade cooperativa”, que envolve a consolidação de mecanismos de governança que representem a nova realidade internacional, com foco na paz e segurança. Organizações como a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN)³, *Shanghai Cooperation Organization (SCO)*⁴, *Organización del Tratado de Seguridad Colectiva*⁵ e União Europeia (UE) desempenham papéis importantes nesse

³ Albânia, Alemanha, Bélgica, Bulgária, Canadá, Croácia, Dinamarca, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estados Unidos, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Islândia, Itália, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Macedônia do Norte, Montenegro, Noruega, Países Baixos (Holanda), Polônia, Portugal, Reino Unido, República Tcheca, Romênia, Suécia.

⁴ China, Cazaquistão, Índia, Irã, Paquistão, Quirguistão, Rússia, Tadjiquistão, Uzbequistão

⁵ Armênia, Bielorrússia, Cazaquistão, Quirguistão, Rússia, Tadjiquistão.

sentido. Essas organizações ajudam a mediar conflitos, implementar sanções e desenvolver mecanismos de cooperação em defesa e segurança. A cooperação não elimina a anarquia, mas ajuda a gerenciar as tensões e os conflitos de forma mais eficaz.

MUDANÇAS DE PARADIGMAS NOS ESTUDOS DE DEFESA

Mudanças de paradigmas referem-se a alterações significativas nas normas, valores, atitudes e teorias que governam determinados campos do conhecimento ou aspectos da vida social. No contexto das relações internacionais, essas mudanças podem ser entendidas como uma evolução ou transformação nos modos como os países interagem entre si, como percebem a segurança global, a economia, e como os Estados respondem a desafios comuns.

Nações, líderes governamentais e acadêmicos observaram as mudanças no sistema internacional com o passar dos anos. É importante reconhecer que a noção de segurança não é estática e evoluiu ao longo do tempo, adaptando-se às necessidades e desafios enfrentados pelas sociedades. Tais mudanças influenciaram o conceito de segurança, que evoluiu junto ao contexto internacional, gerando debates teóricos sobre sua definição.

O fim da Guerra Fria promoveu um novo ordenamento mundial que trouxe consigo novos desafios a serem enfrentados e Estados buscando autonomia para decidir seu próprio caminho. O campo de estudo exigiu uma nova interpretação do conceito de segurança, agora centrado no indivíduo e nas ameaças transnacionais que se tornam questões globais ao ultrapassarem fronteiras.

As políticas de defesa ao redor do mundo têm evoluído continuamente, refletindo as mudanças dinâmicas no ambiente de segurança global. Essas alterações são fundamentais para a cooperação internacional em defesa e são impulsionadas por uma série de fatores. No cenário externo, a reconfiguração das alianças e rivalidades entre as potências globais redefinem a segurança e a defesa. Internamente, crises políticas e sociais podem também precipitar mudanças estratégicas, afetando a abordagem de um país em relação à sua segurança nacional e às políticas de defesa. Esses elementos interconectados moldam o panorama da defesa internacional, demonstrando a complexidade e a interdependência das relações globais.

Outro aspecto importante é a reconfiguração das alianças e rivalidades entre

as potências mundiais, que afeta a dinâmica da segurança e da defesa no cenário internacional. Tal fato pode ser percebido ao analisar a ascensão da China, os movimentos políticos no Oriente Médio e o papel dos Estados Unidos e da União Europeia na estabilidade da ordem global. Além disso, as crises globais, como a pandemia de COVID-19, as alterações climáticas, os conflitos bélicos, o terrorismo e os deslocamentos populacionais forçados, afetam a ordem mundial e a segurança das fronteiras. Esses eventos podem gerar instabilidade, violência, violações dos direitos humanos, disputas territoriais, competição por recursos e desafios à cooperação internacional. Logo, às ameaças tradicionais, como guerras e conflitos entre Estados, foram adicionadas novas ameaças, que afetam diretamente a vida e a dignidade das pessoas, e exigem uma resposta mais ampla e cooperativa dos atores internacionais.

INSTRUMENTOS UTILIZADOS PARA DEFESA E PROMOÇÃO DE INTERESSE DOS ESTADOS - ACD E OCD

Acordos de Cooperação em Defesa (ACD) estabelecem regras e normas jurídicas amplas visando a facilitação da cooperação em áreas fundamentais da política de defesa. Os Estados cooperam para obter benefícios mútuos que não podem ser alcançados individualmente. As mudanças de paradigmas no ambiente de segurança global, desde a década de 1980, levaram a um aumento na demanda por cooperação em defesa entre os países, o que alimentou a procura por ACDs.

O número de ACDs assinados entre os países aumentou significativamente nas últimas décadas. Com o fim da Guerra Fria - período de tensão geopolítica entre União Soviética e Estados Unidos - houve um aumento da instabilidade regional com conflitos em lugares como a Iugoslávia, a Chechênia e o Oriente Médio (Kinne, 2018). Esses conflitos levaram os países a buscarem novos parceiros para cooperação em defesa. Adicionalmente, o surgimento de novas potências, como a China, criou uma dinâmica no cenário global de segurança, estimulando os países a cooperarem em defesa para conter o aumento da influência de algumas potências regionais.

A criação de ACDs por governos revela informações sobre sua confiabilidade e preferências em projetos institucionais. Seria então, um instrumento jurídico negociado entre Estados soberanos que não inclui compromisso de defesa mútua, já que uma ACD não é uma aliança. Ao contrário das formas de cooperação em defesa que dominaram a política de grandes potências durante a Guerra Fria, eles são

altamente simétricos, comprometendo mutuamente os signatários com um conjunto comum de diretrizes.

Os Estados favorecem parceiros de defesa tecnologicamente avançados, ideologicamente semelhantes ou estrategicamente valiosos. Por exemplo, a Hungria buscou a colaboração de defesa com a Alemanha em grande parte porque, através da antiga Alemanha Oriental, a Alemanha unificada possuía grandes estoques de peças de reposição da época da Guerra Fria, que eram valiosas para os militares húngaros. Em suma, os ganhos conjuntos afetam tanto a decisão de cooperar ou não, como a escolha de com quem cooperar.

No entanto, o aumento de ACDs podem ser analisadas a partir das controvérsias que geram (Kinne, 2018). Em 1998, o primeiro-ministro da Eslovênia enfrentou processos de impeachment por uma ACD com Israel.⁶ Um acordo entre Belarus e Irã em 2007 provocou condenações públicas dos Estados Unidos e da União Europeia⁷. Um ACD de 1996 entre a Grécia e a Armênia levou um porta-voz do governo turco a acusar a Grécia de "ameaçar a paz e a estabilidade na região" e tentar "cercar a Turquia"⁸. E um acordo de 1995 entre a Austrália e a Indonésia se mostrou tão controverso que foi rescindido apenas quatro anos depois⁹. É possível perceber que os acordos de cooperação em defesa são fenômenos únicos que enfrentam inúmeros desafios e peculiaridades (Kinne, 2018).

As ACDs geralmente tratam de temáticas vinculadas à colaboração para o desenvolvimento conjunto de tecnologia bélica, treinamentos militares conjuntos e trocas de informações militares estratégicas. Os Acordos de Cooperação em Defesa representam uma evolução estratégica na forma como os Estados abordam sua segurança e defesa. Eles são instrumentos flexíveis e adaptáveis que permitem uma resposta coordenada a um ambiente de segurança cada vez mais complexo e interconectado. No entanto, para maximizar os benefícios dos ACDs e mitigar os riscos associados, é essencial uma abordagem cuidadosa e estratégica que considere as dinâmicas políticas internas, as percepções regionais e a necessidade de transparência e confiança mútua (Kinne, 2018). Através de uma implementação

⁶ "Primeiro-Ministro Criticado por Acordo com Israel," Serviço de Monitoramento da BBC: Europa Central e Balcãs, 11 de dezembro de 1998.

⁷ "Irã e Belarus Assinam Acordo de Defesa," Agence France-Presse, 22 de janeiro de 2007.

⁸ "Turquia Condena Acordo Militar entre Grécia e Armênia," Agence France-Presse, 19 de junho de 1996.

⁹ "Indonésia Revoga Pacto de Segurança com a Austrália," Japan Economic Newswire, 16 de setembro de 1999.

colaborativa, os ACDs podem continuar a ser um pilar fundamental na promoção da segurança e estabilidade global.

As OCD normalmente abrigam alianças militares, o que pressupõe um compromisso formal de envolvimento em conflitos armados caso uma das partes seja atacada. Isso significa que, em caso de ataque a um país membro, todos os demais membros da organização são envolvidos no conflito, fato que por si só gera dissuasão no sistema internacional. Como exemplo mais conhecido de OCD tem-se a OTAN.

A Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), conhecida em inglês como *North Atlantic Treaty Organization* (NATO), é uma aliança militar intergovernamental estabelecida em 4 de abril de 1949. A OTAN foi fundada, no contexto do pós-Segunda Guerra Mundial, com o objetivo de proporcionar defesa coletiva contra a agressão a qualquer membro europeu. Com o fim da Guerra Fria e a dissolução do Pacto de Varsóvia¹⁰, a OTAN passou por um processo de adaptação e expansão. Vários países da Europa Central e Oriental, incluindo antigos membros do Pacto de Varsóvia, juntaram-se à OTAN, expandindo a aliança para 30 membros até 2021.

A presença militar russa perto das fronteiras da OTAN é uma preocupação constante (Smith, 2020) devido à combinação de fatores históricos, estratégicos e geopolíticos. A postura da Rússia, exemplificada por ações como a anexação da Crimeia e a realização de grandes exercícios militares, desafia a segurança da aliança e exige uma resposta robusta e coordenada. Com isso, a OTAN continua a adaptar suas estratégias para enfrentar esses novos desafios. A invasão da Ucrânia pela Rússia em 2022 escalou as preocupações acerca da atuação da OTAN, bem como o possível impacto ao sistema internacional com a entrada de novos membros que fazem fronteira com a Rússia.

MAPEAMENTO DE INICIATIVAS DE COOPERAÇÃO EM DEFESA

O objetivo desta seção é mapear as iniciativas de cooperação em defesa em curso no sistema internacional. Para tanto serão analisados alguns ACDs nos Estados

¹⁰ O Pacto de Varsóvia foi uma aliança militar estabelecida em 1955 pelos países do bloco soviético durante a Guerra Fria. Este tratado foi uma resposta direta à criação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e representou uma tentativa da União Soviética de consolidar seu controle sobre os países da Europa Central e Oriental.

Unidos, América Latina e Caribe, Europa e Mediterrâneo, Ásia e Rússia, de modo a identificar algumas das principais características destas iniciativas.

Estados Unidos

Desde o final da Segunda Guerra Mundial, os EUA procuraram desenvolver um papel de líder global, ocupando posição de destaque em assuntos referente à defesa. A política de defesa dos EUA se estende além das fronteiras e inclui OCDs (OTAN e Tratado Interamericano de Assistência Recíproca – TIAR) e ACDs.

Com relação às OCDs, além da OTAN os EUA fazem parte do TIAR,¹¹ que foi assinado em 1947 com o objetivo de manter o continente americano protegido de ataques externos. O ataque a um dos membros seria automaticamente entendido como um ataque a todos, ou seja, envolveria os EUA diretamente no conflito. Dada a superioridade americana nos assuntos relativos à defesa, o TIAR conferia uma segurança para os demais países do continente, porém se mostrou pouco efetivo quando foi invocado. Durante a Guerra das Malvinas, a Argentina invocou o TIAR, mas os EUA se aliaram à Inglaterra, provocando desconfiança por parte dos demais membros. Após o atentado de 11 de setembro de 2001, os EUA acionaram o TIAR, mas os demais membros não aderiram à Guerra ao Terror proposta pelos estadunidenses. Desta forma, o tratado continua vigente, porém desacreditado por seus membros.

No que se refere às ACDs, os EUA prestam suporte tecnológico-bélico para diversos países, da mesma forma que se envolvem em treinamentos e exercícios militares conjuntos em diversas partes do globo. Todas estas ações estão previstas em ACDs assinados entre os países e partem do princípio de que os EUA estão firmemente comprometidos com a segurança global e que ajudarão seus aliados em caso de necessidade.

Dois países possuem ACDs que se destacam quando comparadas aos demais: Israel e Taiwan. Ambos são grandes compradores dos equipamentos bélicos americanos e participam ativamente de treinamentos militares, mas há um compromisso implícito de ajuda bélica para os dois países, fato que não é observado

¹¹ Os atuais membros do TIAR são: Argentina, Bahamas, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Estados Unidos, Guatemala, Haiti, Honduras, México, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Trinidad e Tobago, Uruguai e Venezuela. Bolívia, Cuba, Equador e Nicaragua abandonaram o TIAR em 2012. Fonte: https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_52044.htm. Acesso em 02/06/2024.

com os demais países. No caso específico de Taiwan, havia um Tratado Sino-Americano de Defesa Mútua, assinado em 1955 e rescindido de forma unilateral pelos EUA em 1980 como um reflexo da aproximação diplomática entre o país e a China. Foi substituído pela Lei de Relações com Taiwan que incorpora diversos pontos do tratado, mas retira o compromisso de envolvimento militar direto dos EUA em caso de ataques à Taiwan. Apesar disto, há também um entendimento implícito na comunidade internacional de que os EUA se envolveriam militarmente em caso de ataques contra a ilha.

As iniciativas de defesa dos EUA têm evoluído para enfrentar um conjunto diversificado de ameaças e desafios, buscando adaptar suas estratégias para proteger sua segurança nacional e seus interesses globais. Entretanto, com maior pluralidade das relações entre os Estados, o futuro das iniciativas de defesa dos EUA dependerá de sua capacidade em inovar tecnologicamente, manter alianças estratégicas e responder de forma eficaz às ameaças emergentes.

América Latina e Caribe

Muitos países da América Latina e do Caribe têm uma história marcada por conflitos internos e guerras civis, o que influenciou em suas políticas de defesa, ocasionando marcas profundas nas estruturas militares e nas doutrinas de defesa desses países.

Um dos maiores desafios de segurança na América Latina e no Caribe é o crime organizado, especialmente o tráfico de drogas. As políticas de defesa na região frequentemente incluem operações conjuntas entre forças militares e policiais para combater cartéis de drogas. Países como México e Colômbia têm adotado estratégias robustas de defesa e segurança para enfrentar esses problemas.

O Plano Colômbia, elaborado pelo governo colombiano com apoio dos Estados Unidos, inicialmente possuía foco em combater as guerrilhas, promover a paz, fortalecer a economia colombiana, promover o desenvolvimento social e democrático, combater o narcotráfico e reformar o sistema judicial com ênfase na proteção dos direitos humanos. Logo, apesar de o plano não ter surgido com a intenção de militarizar a luta contra o tráfico, ao longo do tempo, especialmente após os ataques de 11 de setembro de 2001, ele sofreu uma acentuada militarização (Teixeira; Nobre, 2018). O Plano Colômbia resultou em uma presença militar significativa dos Estados Unidos na região, com a instalação de bases militares e a mobilização de soldados e

agentes de inteligência para monitorar atividades ilícitas. A resposta brasileira ao Plano Colômbia inclui um reposicionamento estratégico das forças militares, especialmente na região amazônica, para mitigar os impactos do arco de insegurança andino.

O México enfrenta graves problemas de segurança interna devido ao narcotráfico e ao crime organizado, com isso, forças armadas mexicanas são frequentemente envolvidas em operações de segurança interna para combater cartéis de drogas. Semelhante ao Plano Colômbia, temos a Iniciativa Mérida, focada no México, ela enfatiza a militarização como forma de enfrentar o narcotráfico e o crime organizado. (Vargas, 2023).

É necessário lançar um olhar com maior atenção às particularidades da construção do poder brasileiro na atuação das fronteiras sob uma perspectiva dos organismos multilaterais, ampliando assim o debate sobre defesa nacional com base nas políticas públicas. O Brasil, como a maior nação da América Sul, tem uma política de defesa abrangente que inclui a proteção da Amazônia e das fronteiras marítimas, investindo em modernização militar e cooperação internacional, através da participação em missões de paz da ONU e fortalecimento de laços de defesa com outras nações latino-americanas e com potências globais.

O processo de integração em defesa na América do Sul se intensificou a partir dos anos 2000. Com o surgimento da União dos Estados Sul-Americanos (UNASUL) em 2008, iniciaram-se debates para cooperação em defesa na região, criando assim o Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS) como um fórum para promover a cooperação em defesa entre os países sul-americanos (Silva, 2024). O CDS busca fortalecer a confiança mútua, promover a transparência e fomentar a cooperação em questões de defesa e segurança regional (Riantoko; Dwin, 2023).

Percebe-se que as políticas de defesa na América Latina e no Caribe são moldadas por uma combinação de fatores históricos, geopolíticos e desafios contemporâneos específicos da região. Com isso, cooperação regional e internacional desempenha um papel crucial na resposta a esses desafios, e a modernização militar e a adaptação às novas ameaças são temas recorrentes nas estratégias de defesa dos países da região.

Europa e Mediterrâneo

As condições históricas de uma região refletem sua capacidade de cooperação. Ao analisar a Europa, pode-se perceber desafios a serem enfrentados para estabelecer políticas de defesa e cooperação. O primeiro desafio seria referente a estabilidade geopolítica da região. Por exemplo, a guerra civil na Síria em 2015-2016, a anexação da Criméia pela Rússia em 2014, a invasão russa na Ucrânia em 2022 e crises migratórias e ambientais se tornaram problemas geopolíticos para a Europa. Observando mais desafios para a cooperação, a decisão do Reino Unido em adotar o BREXIT em 2018 representou mudanças nas relações econômicas e políticas da região.

A Organização para Segurança e Cooperação na Europa, OSCE, configura-se como uma das iniciativas para a defesa e segurança internacional. Diferentemente da OTAN, que é uma organização de defesa com fins militares, a OSCE¹² apresenta sua atuação voltada para ações mais políticas e humanitárias. Estabelecida em 1975 na Conferência de Helsinque para representar questões de defesa e segurança, a entidade marcou o fim de esforços para mitigar riscos militares dos anos 1970. A organização evoluiu de uma série de cúpulas e conferências para uma entidade com uma estrutura sólida e órgãos operacionais ativos, tornando-se uma das mais organizadas no âmbito da defesa e segurança internacional. (Galbreath, 2007).

A OSCE se destaca por sua atuação focada em conflitos euroasiáticos envolvendo minorias étnicas ou nacionais, uma marca do período pós-Guerra Fria. A organização abrange territórios além da Europa, incluindo países da América do Norte e Ásia Central, sendo a maior do mundo em extensão territorial de cooperação em defesa. Curiosamente, reúne tanto os Estados Unidos quanto a Rússia, mas enfrenta desafios práticos de coexistência democrática, como evidenciado durante a Guerra da Ucrânia em 2022, quando a Rússia foi excluída das deliberações sob a presidência rotativa da Polônia (Cândido, 2024).

¹² A OSCE é composta pelos seguintes países: Albânia, Alemanha, Andorra, Armênia, Áustria, Azerbaijão, Bélgica, Bielorrússia, Bósnia e Herzegovina, Bulgária, Canadá, Cazaquistão, República Checa, Chipre, Croácia, Dinamarca, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estados Unidos da América, Estônia, Finlândia, França, Geórgia, Grécia, Hungria, Islândia, Irlanda, Itália, Letônia, Listenstaine, Lituânia, Luxemburgo, Macedônia do Norte, Malta, Moldova, Mônaco, Montenegro, Mongólia, Noruega, Países Baixos, Polónia, Portugal, Quirguistão, Roménia, Rússia, São Marino, Sérvia, Suécia, Suíça, Tadjiquistão, Turquia, Turquemenistão, Ucrânia, Reino Unido, Uzbequistão e Vaticano.

O Mediterrâneo segue sendo uma região de instabilidade geopolítica, entretanto, existem diversas iniciativas de carácter multilateral quando analisamos o Mediterrâneo Ocidental. Destacam-se o Diálogo do Mediterrâneo da OTAN, o Processo de Barcelona da União Europeia e a iniciativa 5+5, envolvendo 5 países do Sul, sendo eles Mauritânia, Marrocos, Argélia, Tunísia e Líbia, e 5 países do Norte: Portugal, Espanha, França, Itália e Malta. Analisando o relacionamento bilateral dos países da região, grande parte dos acordos de cooperação em defesa foram realizados entre o governo de Portugal e os governos de Marrocos, Tunísia, Argélia e Líbia (Gabriel; Fonte 2012). O propósito principal desses acordos é fortalecer as relações e promover a paz e segurança entre os países participantes.

Ásia

A Ásia é caracterizada por várias disputas territoriais e rivalidades históricas que moldam suas políticas de defesa, por exemplo, as tensões entre Índia e Paquistão, China e Índia, bem como as disputas no Mar da China Meridional envolvendo China, Vietnã, Filipinas, Malásia e Brunei. Desde o fim da URSS, em 1991, houve uma transformação do espaço asiático em um importante polo para a economia mundial.

Essa alteração de poder foi devido à rápida ascensão da China. O rápido crescimento econômico de muitos países asiáticos tem permitido investimentos substanciais em modernização militar. A China, em particular, tem visto um aumento significativo em seu orçamento de defesa, permitindo-lhe desenvolver capacidades militares avançadas e projetar poder além de suas fronteiras imediatas. A política de defesa da China é impulsionada pela aspiração de uma maior influência regional e um desejo de proteger seus interesses, principalmente marítimos (Feodrippe, 2019). Já no Japão, a política de defesa sofreu mudanças significativas sob o governo de Shinzo Abe, especialmente após a declaração da nova zona de defesa aérea da China no mar da China Oriental em 2013. Essas mudanças foram impulsionadas por fatores como a situação de segurança regional e global e a pressão doméstica de grupos da sociedade civil (Riantoko; Dwin, 2023).

Rússia

A defesa da Rússia é caracterizada por uma abordagem ampla que integra tanto políticas militares elaboradas quanto estratégias de cooperação internacional. A cooperação de defesa da Rússia inclui acordos com vários países, como os membros

da Comunidade dos Estados Independentes¹³ (CEI), China, Índia e outros Estados aliados. Além disso, realiza exercícios militares conjuntos com diversos países, incluindo China (exercícios Vostok), visando fortalecer as capacidades operacionais. No âmbito das organizações internacionais, a Organização do Tratado de Segurança Coletiva (OTSC) é uma aliança militar entre outras seis ex-repúblicas soviéticas¹⁴, proporcionando uma estrutura para cooperação em segurança e defesa coletiva. Além disso, a Organização de Cooperação de Xangai (SCO) é uma plataforma em que a Rússia colabora com a China e outros Estados da Ásia Central em questões de segurança, combate ao terrorismo e desenvolvimento econômico.

A política de defesa da Rússia é fortemente influenciada pela teoria do poder terrestre de Halford Mackinder, que destaca a importância estratégica do controle da Eurásia. A anexação da Crimeia em 2014 e a contínua presença militar na Ucrânia são exemplos da aplicação desta teoria, visando consolidar a influência russa na região. A Rússia também busca garantir a segurança do seu território e reafirmar sua posição no sistema internacional através de políticas de territorialidade, que envolvem não apenas a manutenção de ordem, mas também a criação de um contexto geográfico favorável aos seus interesses.

Em termos de cooperação internacional, a Rússia tem adotado uma postura pragmática, buscando alianças estratégicas e fortalecendo seus laços com outros países, especialmente na região da Eurásia. A criação de organizações como a União Econômica Eurasiática e a Organização do Tratado de Segurança Coletiva são exemplos de iniciativas que visam promover a cooperação econômica.

A Rússia vem enfrentando sanções internacionais impostas pela União Europeia e pelos Estados Unidos após a anexação da Crimeia e invasão da Ucrânia, no entanto, a aplicação de sanções contra a Rússia pelo Ocidente, não tem sido totalmente eficaz (Tacolla, 2024). A Rússia desenvolveu uma série de estratégias para mitigar os impactos dessas sanções, incluindo a diversificação de suas relações econômicas e a intensificação do comércio com países não ocidentais. Além disso, a

¹³ Com o deterioramento da URSS, criaram, em 1991, a Comunidade dos Estados Independentes, a CEI. O objetivo desse bloco é estabelecer um sistema econômico de defesa.

¹⁴ Formada após a queda da União Soviética, as ex-repúblicas socialistas formaram a Comunidade dos Estados Independentes que resultou na OTSC. Como uma resposta à presença estadunidense da OTAN na Ásia Central, a organização se firmou enquanto aliança e seguridade militar em 2002. Antes contava com Rússia, Armênia, Bielorrússia, Cazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão, Uzbequistão, Azerbaijão e Geórgia. Porém, os três últimos não fazem mais parte da aliança.

posição da Rússia como um dos maiores exportadores de petróleo e gás natural do mundo confere ao país uma certa resiliência econômica, dificultando a aplicação de sanções que possam causar um impacto significativo e duradouro. A implementação de políticas internas para fortalecer a economia e a capacidade de mobilização de recursos nacionais são aspectos que têm contribuído para a resistência russa. A continuidade dos conflitos, como a guerra na Ucrânia, e a influência geopolítica russa na região da Eurásia demonstram que as sanções, embora prejudiciais, não foram suficientes para deter as ambições estratégicas do país.

Portanto, a defesa da Rússia e sua política de cooperação internacional são elementos centrais na manutenção de sua influência geopolítica e na mitigação dos impactos das sanções ocidentais. A combinação de uma forte capacidade militar, alianças estratégicas e resiliência econômica continua a posicionar a Rússia como um ator significativo no cenário global, apesar dos esforços do Ocidente para conter sua expansão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendido que a segurança nacional é uma atribuição fundamental do Estado moderno, percebe-se que seu objetivo é assegurar a proteção da população, a integridade do território e a soberania. Iniciativas de cooperação e integração que buscam a promoção da ordem, governança e estabilidade política e militar são essenciais no ambiente global de segurança. Entender as mudanças, alinhamentos, transições e padrões de distribuição de polos de poder, além da emergência de potências regionais no contexto de guerras, traz a necessidade de uma análise concisa das dinâmicas geopolíticas, assim como da compreensão da disputa pelo poder e prestígio internacional. Por isso, a adoção de posturas estratégicas e a mediação de conflitos pelos Estados devem ser analisadas e estudadas.

O Mapeamento de Iniciativas de Defesa oferece uma visão abrangente das estratégias e acordos internacionais que moldam a segurança global em um mundo cada vez mais complexo e interconectado. Ao analisar os esforços em diferentes regiões, como América do Norte, América Latina, Europa, Mediterrâneo, Ásia e Rússia, torna-se evidente que a defesa não é mais uma questão restrita ao âmbito militar tradicional. As ameaças contemporâneas, como terrorismo, mudanças

climáticas e migrações em massa, exigem novas abordagens e uma cooperação internacional ampliada, que vai além das tradicionais alianças militares.

Entretanto, existem desafios práticos significativos na implementação dessas iniciativas. A volatilidade das alianças e os interesses divergentes entre os Estados tornam difícil imaginar que um sistema de cooperação em defesa possa, de fato, prever ou mitigar conflitos de maneira eficaz. A resistência política, somada às limitações de recursos, é uma barreira considerável. Muitas vezes, países poderosos estão mais preocupados em proteger suas próprias agendas, o que leva a um descompasso nas estratégias de defesa coletiva. Outro grande obstáculo é a falta de transparência entre os Estados, agravada por políticas de sigilo militar e diferenças culturais que dificultam a cooperação. Embora o mapeamento de iniciativas de defesa seja útil em teoria, na prática, a cooperação limitada e as barreiras culturais podem minar sua eficácia.

Adicionalmente, a assimetria de poder no sistema internacional é uma questão central. Países como Estados Unidos, Rússia e China, que dominam economicamente e militarmente, tendem a controlar as iniciativas de defesa globais, marginalizando os interesses de países menores ou em desenvolvimento. Isso gera uma dinâmica em que as nações mais fracas são frequentemente forçadas a seguir as regras impostas pelas potências, sem ter influência significativa nas decisões estratégicas. Esse domínio pode não só limitar a eficácia do mapeamento, mas também reforçar as desigualdades existentes no sistema internacional, tornando o processo de cooperação menos inclusivo.

Portanto, enquanto o mapeamento de iniciativas de defesa oferece uma estrutura teórica para promover a cooperação e a segurança global, na prática, ele não é suficiente para mitigar conflitos de maneira eficaz. A falta de transparência, a resistência política e a desigualdade de poder entre os Estados criam um cenário onde a implementação dessas iniciativas é frequentemente incoerente e limitada. A marginalização de países menores não apenas enfraquece a eficácia desses sistemas, mas também mina a confiança no processo de cooperação internacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROSO, J. L. V. **Segurança e uso da força no contexto da otan pós-guerra fria.** Revista de Sociologia e Política, n. 27, p. 43–63, nov. 2006.

BENTO, M. ; PENHA, T. ; COSTA, Tienay. **A evolução do conceito de segurança e sua inserção nas Relações Internacionais**. 10º Encontro Nacional Da Associação Brasileira De Estudos De Defesa, 2018, São Paulo. Anais Do 10º Encontro Nacional Da Associação Brasileira De Estudos De Defesa. São Paulo: Flch/Usp, 2018.

BUZAN, B.; HASEN, L. **A evolução dos estudos de segurança internacional**. New York: Cambridge University Press, 2009, p . 1-398, 2012.

SILVA, E. A.; SENHORAS, E. M. **Geopolítica da segurança internacional: a ótica das organizações de cooperação em defesa**. Boa Vista: Editora IOLE, 2024.

SILVA R. F. **O conceito de “segurança nacional” frente ao amplo espectro de ameaças na faixa de fronteira brasileira**. Centro de Estudos Estratégicos do Exército. *Análise Estratégica*, v. 25, n. 3, p. 31–45, 2022.

FEODRIPPE, R. C. O. **A importância da tecnologia de vigilância para a estratégia marítima chinesa no mar do sul da china**. MARINHA DO BRASIL ESCOLA DE GUERRA NAVAL 2019.

GABRIEL, B.; FONTE, M. **Portugal num mundo em mudança: A cooperação de defesa no Mediterrâneo Ocidental**. *Janus*. 2011–2012.

GALBREATH, D. J. **A organização para a segurança e cooperação na europa**. Londres: Routledge, 2007.

TEIXEIRA, A. W. M.; NOBRE, F. R. F. **Plano Colômbia: implicações para o Brasil**. *Tensões Mundiais*, v. 6, n. 10, p. 265–285, 2018.

KINNE, B. J. **Defense cooperation agreements and the emergence of a global security network**. *International Organization*, v. 72, n. 4, p. 799–837, out. 2018.

RIANTOKO, D.; Prasojo, E. **The Evolution of Defense Policies: Trends and Factors Shaping National Strategies**. *International Journal Of Humanities Education And Social Sciences (IJHESS)* v. 3, n. 1, p. 131 - 142, aug. 2023.

RUDZIT, G.; NOGAMI, O. **Segurança e defesa nacionais: conceitos básicos para uma análise**. *Revista brasileira de política internacional*, v. 53, n. 1, p. 5–24, 2010.

SILVA, J. P. L. **O conselho de defesa sul-americano e a base industrial de defesa: um estudo acerca da integração em defesa sob a perspectiva dos complexos regionais de segurança.** Trabalho de conclusão de curso. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Porto Alegre, BR-RS, 2024.

SMITH, J. **The NATO-Russia Relationship: Defining Moment or Déjà Vu?** Washington, DC: Center for Strategic and International Studies, nov. 2008.

TACOLA, A. B. G. A posição da Rússia na geopolítica mundial: por que o Ocidente não consegue impor sanções efetivas contra o país? *Revista Data Venia*, v. 16, n. 1, p. 3–25, 2024.

TEIXEIRA, V. M.; SENHORAS, E. M.; ZOUEN, M. E. **Geopolítica das Organizações de Cooperação em Defesa.** [s.l.] EdUFRR, 2020.

VARGAS, L. **Dilemas de seguridad en las américas: México y Colômbia - entre la seguridad hemisférica y la intervención por invitación, 1995-2012.** Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade de Brasília, Brasília, fev. 2023.